



ACÓRDÃO Nº439/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11886/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação Hospital Adriano Jorge – FHAJ.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Christianny Costa Sena (Ordenador de Despesa), Orestes Guimarães de Melo Filho (Ordenador de Despesa), Alexandre Bichara da Cunha (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4934/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ. Exercício de 2017.

Irregularidade. Regularidade. Multa. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Fundação Hospital Adriano Jorge**, exercício 2017, de responsabilidade do **Sr. Alexandre Bichara da Cunha**, Diretor Presidente da FHAJ no período de 01/01/2017 a 03/10/2017, nos termos do artigo 1º, II, 22, III, alínea “b”, da Lei n.º 2423/1996-LOTCE/AM c/c artigo 5º, II, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Fundação Hospital Adriano Jorge**, exercício 2017, de responsabilidade da **Sra. Christianny Costa Sena**, Diretora Presidente da FHAJ no período de 07/11/2017 a 31/12/2017, nos termos do artigo 1º, II, 22, III, alínea “b”, da Lei n.º 2423/1996-LOTCE/AM c/c artigo 5º, II, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM;
- 10.3. **Julgar regular** a Prestação de Contas da **Fundação Hospital Adriano Jorge**, exercício 2017, de responsabilidade do **Sr. Orestes Guimarães de**



ACÓRDÃO Nº439/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Melo Filho, Diretor Presidente da FHAJ no período de 04/10/2017 a 05/11/2017, nos termos do artigo 22, I, da Lei n.º 2423/1996-LOTCE/AM;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Alexandre Bichara da Cunha, Diretor Presidente da FHAJ (período de 01/01/2017 a 03/10/2017), no valor de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), nos termos art. 54, VI, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, VI, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, pelos fatos e fundamentos apresentados no Relatório-Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.5. Aplicar Multa à Sra. Christianny Costa Sena, Diretora Presidente da FHAJ (período de 07/11/2017 a 31/12/2017), no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos art. 54, VI, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, VI, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, pelos fatos e fundamentos apresentados no Relatório-Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.6. Determinar à atual direção da **Fundação Hospital Adriano Jorge** para:

- a)** Criar mecanismos que promovam a melhoria da integração, articulação e diálogo institucional entre a FHAJ e o Fundo Estadual de Saúde-FES-AM, com o intuito de melhorar a integração entre planejamento e orçamento, nos critérios da Lei de Licitações e Contratos rebatendo a alternativa da contratação direta e a burla do procedimento licitatório, sob pena de aplicação de novas sanções;
- b)** Observe rigorosamente as disposições da Lei n.º 8.666/93, coibindo o uso irregular da dispensa de licitação em aquisições de



ACÓRDÃO Nº439/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

mesma natureza, cujo montante total ultrapasse o limite máximo vigente, tendo em vista o disposto nos art. 23, § 2º, c/c o art. 24, II, da referida Lei”);

c) Evite realização de despesa sem Licitação, sem cobertura contratual e sem prévio empenho (arts. 2º, 54 e 60 da Lei nº 8.666/93);

d) Evite pagamento sem prévio empenho (art. 60 da Lei nº 4.320/64);

e) Cumpra a determinação contida no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

f) Adote a implantação do órgão de Controle Interno, conforme determina o artigo 43 da Lei nº 2.423/96-TCE/AM e art. 45, CE/89, sob pena de aplicação de multa, nos termos do art. 54, inciso IV, alínea “b”, da Lei nº 2423/96-LOTCE/AM, por reincidência no descumprimento de determinações desta Corte.

10.7. Determinar que seja realizada a inspeção específica, pelo setor competente desta Corte, na área de pessoal da FHAJ para apurar indícios de acumulação ilícita de cargos por parte dos servidores daquela Instituição.

10.8. Notificar os senhores **Alexandre Bichara da Cunha, Orestes Guimarães de Melo Filho e Christianny Costa Sena**, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para que tomem ciência do decisório.

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Abril de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral